

ATA Nº. 23

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
28-06-13**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e treze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes e Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Carina Isabel Moura da Conceição Luís e Daniel da Costa Luís. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio, Luís Filipe Dias Grácio e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A senhora **Presidente da Assembleia**, declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante que substitui Esperança Maria Micael Santos, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a José Maria Laranjeira Campanhe, que substitui Jaime Manuel Palha Costa, do Partido Socialista. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Procedeu-se de seguida à votação da ata número vinte e dois. -----

A ata número vinte e dois, realizada em vinte e seis de abril de dois mil e treze, foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo oito votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e seis abstenções, sendo duas do Partido Social Democrática, uma do Partido Socialista, uma do Bloco Esquerda, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do substituto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Continuando a senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Permitam-me dar conta de um ofício da Junta de Freguesia de São João Baptista, com algumas informações que ao que sei, também já foram remetidas à Câmara Municipal. Deste ofício será feita cópia a remeter aos membros da Comissão Permanente. -----

Deram entrada duas moções nesta assembleia, na sequência de um trabalho que já vem sendo feito a algum tempo, como é do conhecimento dos senhores deputados, entrou hoje na Assembleia da República um projeto de resolução, que tem como objetivo a reposição das concessões. -----

O Grupo Parlamentar do PSD assumiu este projeto subscrito pelos deputados eleitos pelo distrito de Santarém na sequência de um conjunto de diligência que foram realizadas, de outros documentos que existiram prévios e que não foi possível fazer entrar e obviamente com o empenho de muita gente. -----

Houve diligências desta Assembleia Municipal, houve diligências da Câmara Municipal, houve diligências de todas as pessoas que tinham vontade de que isto acontecesse independentemente de outras considerações, acho que fiz tudo aquilo que foi possível fazer até aqui. -----

O Grupo Parlamentar do PSD assumiu comigo esta vontade de dar satisfação a uma aspiração do setor ferroviário, numa primeira fase houve um documento que era mais abrangente e que não colheu o apoio necessário para a sua entrada, nomeadamente com várias diligências para além do grupo parlamentar como é óbvio, e assumi e os meus colegas eleitos pelo PSD de Santarém, aquilo que era esta vontade e este compromisso. -----

Vai haver obviamente mais diligências sobre isso, até porque, o projeto de resolução quando entra tem um percurso dentro da Assembleia da República, acredito que vai colher nos moldes em que está o apoio de outras bancadas e espero que seja a base daquilo que é um objetivo que eu tenho, não para mim, mas para a população do meu concelho. -----

Não vou fazer mais comentários, o projeto era para ter entrado anteontem mas os serviços do grupo parlamentar assim entenderam, entrou apenas hoje, não estive nas minhas mãos essa questão e portanto, cabe-me fazer referência a isso. -----

Dava a palavra ao Partido Socialista para apresentar a sua moção.” -----

MOCÃO -----

A Lei 66 – B/ 2012, de 31 de Dezembro estabelece no seu artigo:-----

Artigo 144.º – Transporte gratuito. -----

1 - É vedada a utilização gratuita dos transportes públicos rodoviários, fluviais e ferroviários.-----

2 - Ficam excluídos do disposto no número anterior: -----

a) Os magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público, juizes do Tribunal Constitucional, oficiais de justiça e pessoal do corpo da Guarda Prisional, para os quais se mantêm as normas legais e regulamentares em vigor;-----

b) O pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, os militares da Guarda Nacional Republicana, o pessoal de outras forças policiais, os militares das Forças Armadas e militarizados, no ativo, quando em serviço que implique a deslocação no meio de transporte público;-----

c) Os trabalhadores das empresas transportadoras, das gestoras da infraestrutura respetiva ou das suas participadas, que já beneficiem do transporte gratuito, quando no exercício das respetivas funções, incluindo a deslocação de e para o local de trabalho. -----

3 - O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excecionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida a 28 de Junho de 2013 **delibera manifestar o seu desacordo** para com as medidas implementadas e exigir a revogação do supra citado artigo, com a seguinte justificação: -----

1- Esta matéria deveria ser alvo de negociação no âmbito dos acordos coletivos existentes entre as empresas e os sindicatos, com a recomendação às empresas e sindicatos que abram processos negociais sobre esta matéria. -

2- O reflexo das despesas ou receitas geradas com esta medida no Orçamento de Estado ou nas próprias empresas, não tem significado. -----

3- No caso do transporte ferroviário, este benefício está integrado na história deste sector, quer a nível nacional quer a nível europeu sendo um direito contratualizado. -----

4- A inexistência de qualquer referência ao transporte aéreo significa uma situação de **iniquidade** que penaliza os trabalhadores de outras empresas, nomeadamente ferroviários, por norma trabalhadores de rendimentos mais baixos. -----

Assim:-----

No Entroncamento, Cidade Ferroviária, muitos são aqueles que agora se vêm abrangidos por estes cortes, e que, no cumprimento das suas liberdades democráticas, se manifestaram, pacífica e ordeiramente pela sua dignidade e pelos seus direitos. -----

Dar conhecimento às seguintes entidades: -----

- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;-----
- Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; ----
- Conselho administração da C.P.; -----
- Conselho administração da R.E.F.E.R.; -----
- Conselho administração da E.M.E.F. -----

E ao -----
Provedor da Justiça. -----

Referiu **Carlos Amaro**: “ Esta moção pretende manifestar o seu desacordo para com as medidas implementadas e exigir a revogação do artigo 144º do Orçamento de Estado. -----

Esta moção vem no sentido e no seguinte sentido: -----

Eu não acredito e esta bancada não acredita em projetos de resolução que recomendam a análise de possibilidades de reposição das concessões. -----

Esta é uma moção do Partido Socialista do Entroncamento e esta moção colocada à votação traz-me alguns sentimentos. -----

Esta questão das concessões ferroviárias, para o Partido Socialista do Entroncamento não está encerrada, as promessas dos vários grupos parlamentares, PS incluído, que seriam repostas as concessões aquando da revisão do Orçamento de Estado pela revogação do artigo 144º, revelou-se um embuste, revelou-se uma mentira. -

Neste momento os sentimentos que tenho e que não me escuso de partilhar, são a tristeza, a desilusão, a revolta e a vergonha, embora o voto a favor do Partido Socialista nada adiantasse, a abstenção na votação na especialidade nomeadamente quanto à revogação do artigo 144º, não tem desculpa. -----

A justificação de que era uma proposta demasiado abrangente, que englobava outras empresas que não apenas os ferroviários, para esta bancada não é aceitável. -----

A verdadeira justificação, pode estar associada ao facto de ter sido uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português, isso para nós não serve, esta mesquinhez partidária não defende os interesses dos entroncamentenses, nem dos ferroviários, a esquerda nunca se soube unir. -----

Esta bancada do Partido Socialista do Entroncamento, sempre votou em consciência, seja ao lado do Partido Comunista, seja ao lado do Bloco de Esquerda, seja ao lado do Partido Social Democrata sempre que estejam em causa os interesses dos entroncamentenses, na defesa dos entroncamentenses colocamos as ideologias de parte.

Uma coisa garanto, se eu fosse deputado votaria a favor, votaria mesmo contra o meu partido, ficando ao lado daqueles que me elegeram. -----

Sou entroncamentense e sou filho de ferroviário com muito orgulho, mas não sou deputado da Assembleia da República, mas, a Presidente da Assembleia Municipal a candidata à Câmara Municipal é deputada e esteve lá, será que a deputada Isilda Aguincha também se sentiu envergonhada como eu com o seu voto contra? -----

Será que a bancada do PSD se sente desiludida ou envergonhada com as posições tomadas aquando da posição da votação do orçamento? -----

Afinal o chavão Cidade Ferroviária não significa nada, para a deputada Isilda Aguincha que ora umas vezes se apresenta no nosso concelho como Presidente da Assembleia Municipal, outras vezes se apresenta como deputada, para a senhora está tudo bem, ao contrário dos ferroviários. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, Doutora Isilda Aguincha, que como disse Marques Mendes, em caso de conflito entre o seu partido e a sua terra, opte pela sua terra. -----

Se perder as eleições, garante o seu lugar como deputada, se ganhar não sei qual é o cargo que escolherá, mas terá o seu lugar guardado seja qual for a sua opção. -----

A sua garantia na última assembleia de que as concessões seriam repostas de nada serviu, com todo o respeito que tenho e tenho, não serve a sua garantia, não serve o projeto de resolução, não serve a senhora deputada, não serve a candidata à Câmara Municipal, não serve para defender os interesses dos entroncamentenses, nem serve os ferroviários.-----

As suas prioridades pessoais e partidárias, sobrepõem-se aos interesses dos ferroviários, podem agora vir a dizer que esta moção é extemporânea, mas reafirma a posição do Partido Socialista do Entroncamento de apoio à causa ferroviária, mesmo com a apatia dos seus deputados obtusos nas suas quezílias partidárias. -----

O Partido Socialista do Entroncamento, está com as pessoas e pelas pessoas, esta não é uma luta de sindicatos, é uma luta de ferroviários, de pessoas que se viram frustrados dos seus direitos e garantias e que merecem toda a nossa dignidade e todo o nosso respeito.” -----

Pedi a palavra **Mário Eugénio**: “ A apresentação desta proposta foi muito bem-feita, o nosso colega deputado do PS, defendeu-a muito bem. -----

Entendemos que foi uma pena porque este assunto discutiu-se na Assembleia da República, aquilo que nós hoje aqui decidirmos vale zero, o que valeu foi a discussão, o debate, e a votação na Assembleia da República e nessa o Partido Socialista absteve-se.

Em relação a esta proposta nós também estamos disponíveis obviamente para participar na manifestação de desacordo que todos os ferroviários devem fazer. -----

Estamos disponíveis para votar esta proposta, achamos que ela tem um ponto que do nosso ponto de vista devia ser retirado, ainda agora foi dito na intervenção de defesa da proposta, isto não é uma matéria de sindicatos nem de empresas, é uma matéria exclusiva do governo e portanto, nós propomos ao Partido Socialista que reveja a possibilidade de retirar este ponto um, com o qual nós não concordamos.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “ Foi um bonito ato de demagogia que o senhor deputado aqui fez e foi tão demagógico que este assunto trazido aqui a discussão há duas Assembleias Municipais atrás, com uma moção do PSD, uma da CDU e outra do BE, o Partido Socialista na altura disse que não traziam moções porque isso não é política que se faça aqui. -----

Não vejo nada contra o texto da moção, todo ele é absolutamente aceitável para ser aprovado. -----

O senhor deputado diz que o assunto está encerrado, não está encerrado, está agora aberto, começou agora. -----

A reação das pessoas é absolutamente normal, porque os senhores, tal como os cidadãos deste país, foram enganados sucessivamente, têm toda a razão para fazer greves e dizer o que estão a dizer, mas também tenho que aceitar, que as pessoas que estão aqui hoje a falar convosco e os estão a representar, estão a fazer tudo para que os senhores voltem a ter aquilo de volta, não é suposto que esteja a falar com o público, peço desculpa senhora Presidente. -----

O senhor deputado falou aqui se a esquerda estava unida ou não, a mim importa-me pouco se a esquerda está unida, desde que o Entroncamento esteja unido neste assunto. -----

Pode contar com o voto favorável do PSD, mal seria se não o fosse porque é isto que vem ser debatido há muito tempo.” -----

Continuou **Luís Grácio:**” Em primeiro lugar quero registar a permissão que a senhora Presidente dá a que os deputados se dirijam ao público, acho que isso é uma coisa muito interessante e para futuro poderá ser até muito produtivo. -----

Relativamente a esta moção e o assunto em causa, convém voltar um pouco atrás e fazer um pouco de história para lembrar este processo, para nós termos presente como é que ele foi evoluindo, há seis meses que andamos a tratar disto. -----

Os deputados do PSD de Santarém entregaram hoje na Assembleia da República o tal projeto que nos foi agora distribuído, de resolução para reposição das concessões aos ferroviários, no qual recomendam ao governo que analise a possibilidade dos ferroviários de reposição do direito ao transporte gratuito nas empresas públicas do setor ferroviário aos trabalhadores reformados, pensionistas e familiares. -----

Esta proposta de recomendação do PSD é uma vitória da luta dos ferroviários e dos seus familiares, na nossa opinião, mas é um documento pífio e fora de tempo, justificar as maiores desconfianças e exigir a manutenção da pressão da luta contra o roubo das concessões é o que se impõe hoje em dia. -----

Foram o PSD e o CDS os únicos a aprovar o Orçamento de Estado 2013 e que são, portanto, os primeiros responsáveis pelo roubo das concessões, os deputados do PSD por Santarém são culpados deste roubo. -----

Mais tarde, quando confrontados com uma proposta de resolução apresentada pelo Bloco de Esquerda na Assembleia da República, com vista à reposição dos direitos roubados, PSD e CDS-PP votaram contra, foi o tal episódio em que a deputada Isilda Aguincha, nossa ilustre Presidente da Assembleia Municipal fugiu à votação. -----

Mais recentemente no quadro da votação do orçamento retificativo, o PSD e o CDS-PP votaram contra duas propostas de revogação do famigerado artigo 144º do Orçamento de Estado de 2013, uma apresentada pelo Bloco de Esquerda e outra pelo PCP, lamentavelmente nessa votação o PS absteve-se fugindo a um compromisso com os ferroviários, agora, seis meses passados sobre a decisão do PSD e CDS-PP de roubarem as concessões e mais de dois meses depois da promessa da senhora Presidente na Assembleia Municipal, que iria agir com vista à reposição do quadro anterior, todo este tempo depois o melhor que os deputados do PSD conseguem é recomendar ao governo que analise a possibilidade das concessões, ou seja, os deputados do PSD por Santarém não recomendam sequer ao governo que reponha as concessões, mas que simplesmente analise essa possibilidade, isto é, se o governo analisar essa possibilidade mas concluir que o que está feito, está feito, os senhores deputados do PSD já dormirão descansados. -----

Este projeto de resolução do PSD é portanto um documento pífio, sem clareza, nem força e fora de tempo, vindo do PSD que ostenta um deplorável currículo nesta matéria deve merecer a maior desconfiança. -----

Mesmo assim, esse recuo ainda mais que aparente do que real, é fruto da luta perseverante dos ferroviários e das suas famílias, a única garantia de que os direitos roubados serão repostos e portanto, manter essa posição e essa luta é o que se impõe no dia de hoje. -----

Em quatro de fevereiro de 2013, ouviu-se pela primeira vez nesta sala uma voz contra o roubo das concessões aos ferroviários, foi a voz do nosso vereador Carlos Matias, três dias apenas depois de ter tornado efetivo o roubo das concessões. -----

Hoje, como em quatro de fevereiro de 2013, os ferroviários e suas famílias podem contar com o Bloco de Esquerda e com os seus autarcas, estaremos sempre convosco até que a justiça seja reposta. -----

Quanto à proposta hoje aqui apresentada, a proposta de moção do Partido Socialista, neste caso a bancado do PS faz-nos lembrar um relógio parado, não adianta nem atrasa, esta moção chega com meses de atraso como chegam os filmes do canal memória, reveem-se com agrado embora se saiba o resto da história. -----

Apesar de tudo, obviamente votaremos a favor.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Esta questão de sermos recibos na Assembleia da República pelas várias bancadas, a nós deputados aqui, deixou-nos algumas esperanças, só não fomos recebidos pelo CDS e deixou-nos algumas esperanças porque o deputado do PSD disse que pessoalmente se empenhava na resolução do assunto e que na próxima revisão orçamental se iria empenhar pessoalmente por era um assunto que também lhe dizia respeito para que o artigo do Orçamento de Estado fosse retirado. ----

Quando fomos recebidos pelo PCP pedimos para o PCP apresentar na Assembleia da República a retirada deste artigo do Orçamento de Estado. -----

A maioria PSD e CDS deu esperança na reposição das concessões de viagens aos ferroviários retiradas em sede de Orçamento de Estado para 2013, o timing seria logo na primeira oportunidade, ou seja, aquando do orçamento retificativo por força do chumbo do Tribunal Constitucional e outras ilegalidades que na altura foram cometidas em sede do Orçamento de Estado. -----

Não só deixaram o teor do artigo 144º como estava, como ainda deixaram uma maior certeza do ódio e do fundamentalismo que destilam contra os trabalhadores em geral e contra os ferroviários em particular. -----

Este processo é uma farsa, onde as promessas só servem para criar ilusões e falsas esperanças a quem ainda as tenha. -----

Os partidos das promessas PSD e CDS não só recusaram alterar o famigerado artigo do Orçamento de Estado, como votaram contra a proposta de resolução do PCP e do BE. -----

Esses partidos que nos receberam na Assembleia da República afirmando que o processo tinha sido um lapso e uma lamentável gafe, recusaram repor os direitos aos atuais e antigos trabalhadores ferroviários, o PS jogou a sua habitual cartada de quanto mais o PSD e o CDS executarem o pacto de agressão contra Portugal, menos o PS terá de executar no futuro, esperando que o poder lhes caia de bandeja nas mãos. -----

A abstenção ao projeto do PCP e do BE é revelador de atitudes e posturas que noutras matérias são as mesmas exatamente. -----

Lamentavelmente o PS, PSD e CDS, num ato de refinada malvadez, já não bastava o roubo, levou a uma situação bastante grave para o concelho e para os ferroviários, começaram a intimidar dirigentes do Movimento Trabalhador e sobretudo de um ativista do Movimento dos Trabalhadores Ferroviários, movendo-lhe de forma vil e cobarde um processo judicial, se esperam intimidar alguém estão enganados, se

esperam enrolar alguém com promessas para 2014 ainda não perceberam que o povo também tem vontade própria e sabedoria. -----

Admito que as bancadas aqui presentes tenham alguma sensibilidade para esta questão, não existe um PSD nacional e um PSD local, as políticas e o apoio que dermos aqui a nível local, terão o reverso nas futuras políticas e nas futuras medidas contra o povo português. -----

Estas forças políticas, merecem uma atitude à altura nas próximas eleições.” -----

Pedi a palavra **José Baptista:**” Só para fazer o mesmo pedido de alteração, que o engenheiro Mário Eugénio já fez, que é tirar o ponto número um das deliberações da proposta do Partido Socialista, realmente não faz sentido nenhum que venha um ponto que diz: “*Esta matéria deveria ser alvo de negociação no âmbito dos acordos coletivos existentes*”, não faz sentido nenhum porque os trabalhadores já têm direito a eles pelos contratos que fizeram. -----

Acho muita graça eu ter falado para o público tenha feito escola, porque o senhor deputado Luís Grácio também já o fez.” -----

Referiu **Carlos Amaro:** “ Esta moção tem uma particularidade em relação àquelas outras que apresentámos aqui, que visa dar conhecimento ao Provedor de Justiça, é mais uma tentativa pelo menos pela via judicial que se reponha as concessões aos ferroviários.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Como deve saber, em primeira instância é preciso que haja as diligências do Governo e a deliberação da Assembleia da República, nomeadamente naquilo que é o objetivo maior que é a revogação em parte ou na totalidade, daquilo que é uma deliberação imperativa é Lei com valor imperativo aquilo que está em vigor. -----

Portanto, enquanto o valor imperativo não for retirado, porque não foi posto em causa em sede de Tribunal Constitucional, e é esse o objetivo o problema não se resolve.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente **Luís Grácio** apresentou a seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento já se pronunciou variadas vezes contra as portagens na ex-SCUT que atravessa a nossa região, a atual A23. Essas portagens têm igualmente contado com a oposição de diversas autarquias da região. -----

Assim, considerando que: -----

1. A introdução de portagens da A23 suscitou desde a primeira hora a justa indignação e discórdia das populações, pela significativa penalização que representam para quem regularmente necessita de a utilizar, sejam cidadãos individuais ou pequenas e médias empresas, nela circulando por necessidades pessoais ou por inerência da sua atividade empresarial; -----

2. Forçado pela determinação das populações e pelas ações de protesto das Comissões de Utentes, o governo ensaiou um ilusório recuo, proporcionando alguns

descontos temporários para aqueles que habitando na zona e não tendo alternativas viáveis, se viam na obrigação de utilizar amiúde a estrada portajada; -----

3. O resultado da existência de portagens, para além do aumento de encargos para as famílias e as empresas, resultou numa drástica redução de tráfego na A23 e na sua transferência para as estradas nacionais e municipais, com a consequente degradação física, cujo efeito imediato se traduz no aumento da insegurança rodoviária e dos encargos das autarquias; -----

4. A existência de troços não portajados – como por exemplo Torres Novas/Entroncamento, – tem servido para atenuar os constrangimentos criados pela existência de portagens, as quais, nestes casos, seriam inadmissíveis, dada as necessidades constantes de circulação de veículos entre as respetivas localidades e a sua proximidade geográfica; -----

5. Sucede que começaram a ser colocados novos pórticos nos acessos à A23 de Torres Novas e do Entroncamento e, ao que a comunicação social nacional fez eco, serão colocados em todos os acessos e saídas da A23, contrariando a informação prestada à imprensa regional, de que se destinariam apenas ao “controlo de tráfego”;

6. A começar pelas declarações de responsáveis, tudo indica estar em curso a introdução de novas portagens, que irão aumentar ainda mais os encargos dos cidadãos e das empresas; -----

7. A cidade de Torres Novas e a cidade do Entroncamento constituem hoje quase uma única conurbação, a exigir planeamento, partilha e cooperação, de todo incompatíveis com portagens para ir de forma célere e gratuita do centro de uma ao centro da outra. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento reunida em sessão ordinária em 2013-06-28, decide: -----

1. Exigir ao governo e à Estradas de Portugal (EP) esclarecimentos relativamente às verdadeiras intenções do presente processo; -----

2. Repudiar desde já introdução de novas portagens na A23, as quais mais não seriam do que um agravamento inadmissível de encargos para as famílias e as empresas da nossa comunidade; -----

3. Aprovar esta deliberação em minuta com efeitos imediatos e proceder à sua remessa a Suas Excelências a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro; o Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, ao Secretário dos Transportes, à Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, à ANMP, à ANAFRE e aos líderes dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República. -----

Continuando no uso da palavra referiu. “ Este é o texto da moção, é o corpo, é o sentido que apresentamos nesta assembleia de rejeição destas novas portagens que estão em fase de instalação na A23. -----

Como todos sabem, há um conjunto de acessos que até hoje têm permitido uma certa circulação sem pagamento de portagem entre algumas cidades, concretamente no nosso caso, é a ligação Torres Novas/Entroncamento que para nós até tem um papel muito importante, porque é um dos pontos do ponto de vista da saúde, que é o hospital Santa Isabel que nos dá o primeiro apoio imediato em termos de emergência. -----

Parece-nos a nós, de todo em todo, que esta assembleia se deve pronunciar sobre o que está a acontecer, até porque a A23 de facto cada vez tem menos tráfego, isto de facto é uma atitude contraproducente do ponto de vista da rentabilização da própria infraestrutura.” -----

Intervio **José Baptista**: “ Na reunião de quarta-feira passada, na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo aprovámos uma moção com o mesmo teor ou semelhante do Bloco de Esquerda, na Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, que vem

exatamente neste sentido, de impedir que as novas portagens entrem em funcionamento na A23. -----

Houve uma posição inicial quer na nossa assembleia, quer a assembleia intermunicipal e o conselho executivo da comunidade, o troço entre Videla e as Mouriscas é um troço que não pertencia à A23, era o primeiro troço da IP6, e não fazia sentido algum que fosse cobrado, todas as diligências foram nesse sentido e infelizmente saíram goradas. -----

O executivo desta casa já pediu explicações às Estradas de Portugal na segunda-feira passada e portanto, obviamente que vamos votar a favor desta moção à semelhança daquilo que fizemos na quarta-feira passada em Tomar.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Esta proposta deixa-nos com alguns problemas e dificuldades em tomar uma posição. -----

É fácil fazer moções para serem aprovadas por toda a gente, é fácil aprovar moções que não vão dar em nada e que não tem grande interesse até para a população. –

Perguntar ao governo o que é que pretende com esta introdução de portagens, o governo já respondeu a isto, já há declarações do Secretário de Estado dos Transportes, Sérgio Monteiro de materializar o princípio do utilizador pagador com universalidade, equidade na cobrança e justiça nos pagamentos, ou seja, todos pagarem ao quilómetro é esta a resposta ao primeiro ponto. -----

A resposta ao segundo ponto e nós pelo segundo ponto até vamos aprovar a moção, mas a resposta ao segundo ponto é insuficiente, vamos abandonar a luta contra as portagens, daquelas portagens que já estão implementadas? -----

Eu faço a proposta que seja bem referido essa questão de o governo retirar as portagens da A23 e das outras estradas concessionadas, não podemos continuar a pagar 30% das receitas das portagens com infraestruturas que ficam extremamente caras para a população e contribuintes. -----

Nós não sabíamos da moção e trazíamos uma declaração sobre este assunto, até porque estamos a ficar fartos das moções, que aprovamos todos por unanimidade e depois não tem andamento nos diversos órgãos ou não temos resposta e cada vez mais urge a luta por parte das populações nesta área e o voto nas próximas eleições é fundamental. -----

Depois da introdução de portagens da coautoria do PS, PSD e CDS. -----

Depois dos cortes nos direitos contratuais dos ferroviários adquiridos por mérito próprio. -----

Depois de implementação de uma reorganização destruidora do Centro Hospitalar do Médio Tejo, da autoria do PS e de execução vincada do PSD e CDS, enfrentamos agora uma medida na continuação de tudo isto, a introdução de mais pórticos na A23, um exemplo de traição às populações, um exemplo de como só PCP, Os Verdes e o BE defendem nos locais próprios o interesse das populações. -----

Estas medidas tiveram e têm cunho liberal imposto pela Troika e contaram com as assinaturas dos mesmos que assinaram o pacto de agressão a Portugal e com votos explícitos do PS, PSD e CDS eleitos no distrito. -----

Estes ilustres deputados, têm o desplante de depois votarem contra as populações que os elegeram, ainda lançarem farpas de cinismo contra os eleitores, debitando declarações de voto atabalhoadas e em catadupa como se viu no caso da proposta do PCP e do BE, na Assembleia da República sobre as questões das SCUTs o ano passado.

Tendo em conta que o governo se prepara em 2014 para recolocar ou para colocar mais pórticos na A23, e sabendo do que sabemos, conforme declarações do Secretário de Estado do Transportes e do comunicado conjunto do Movimento de Utentes e da

Comissão de Utentes da A23, nos processos acima referidos ficou bem claro que nesta alternância local e nacional com tão grande influencia parlamentar e governativa a tradução local resume-se ao seguinte: -----

De desgraças atrás de desgraças para as populações. Assim apelamos aos municípios do Entroncamento que nas próximas eleições autárquicas castiguem os agentes nacionais da Troika e os agentes locais pela atual situação do país e pelas dificuldades que atravessamos a nível local.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “ Esta moção tem o alcance que tem como todas as moções que apresentamos nestes órgãos, são órgãos circunscritos do ponto de vista geográfico com um âmbito muito restrito e por vezes, não passam de repúdios pelas ações que nós consideramos prejudiciais para as populações. -----

O que eu não aceito, é que nós tenhamos que aceitar todas as malfeitorias que nos fazem e ainda tínhamos que agradecer. -----

Esta moção é uma moção um pouco mais restrita do que aquela que foi apresentada na Comunidade Intermunicipal, porque aquela tinha uma visão muito mais abrangente, esta aqui, reporta-se concretamente à relação Torres Novas/Entroncamento, porque é aquela que afeta diretamente o concelho do Entroncamento. -----

Nós repudiamos todas as novas portagens como já repudiámos as portagens existentes em moções anteriores, esta aqui é sobre um caso muito concreto que está agora em apreciação e que nós consideramos que devia ser de primeira mão uma tomada de posição na Assembleia Municipal.” -----

Carlos Amaro referiu: “ Há semelhança do que fizemos na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, vamos votar a favor desta moção.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Passou-se de imediato ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Interveio **Fernanda Maurício**:” Em relação ao assunto que aqui nos junta, o meu estado de alma é de indignação, revolta e que me mantereí sempre ferroviária na defesa dos nossos interesses. -----

Estou aqui unicamente como município e sobretudo ferroviária, não renegando a minha condição de socialista em defesa das convicções no ideário socialista porque nos partidos as pessoas entram e saem, mas o ideário socialista e o socialismo em Portugal em que acredito não morre. -----

Fui confrontada com a notícia de que o Partido Socialista, se absteve na votação da proposta apresentada pelo BE no quadro de discussão do orçamento rectificativo que visava a revogação do artigo 144º do Orçamento de Estado, para repor as concessões de viagem dos ferroviários, a abstenção do PS na minha ótica é lamentável, entendi a título pessoal dar conhecimento do meu descontentamento em e-mail ao secretário geral do PS, assim como ao grupo parlamentar do PS, dando a conhecer a minha posição demarcando-me da posição tomada pelos dirigentes do PS na Assembleia da República, com sede de votação no âmbito desta matéria por não concordar com ela. -----

Gostaria no entanto, fazer justiça ao candidato à Câmara do Entroncamento para as próximas eleições autárquicas, Professor Jorge Faria que terá enviado aos órgãos

nacionais do PS antes da votação do Orçamento de Estado retificativo e na discussão na generalidade da proposta de lei número 151/XII, que visava proceder à revogação do artigo 144º do Orçamento de Estado, continuando a enveredar todos os esforços junto das entidades competentes na defesa dos interesses dos ferroviários, estando já agendado reunião para o efeito. -----

Gostaria de lembrar numa minha intervenção há dois meses nesta mesma sala, no âmbito da intervenção da senhora Presidente e deputada do PSD, eleita pelos munícipes do Entroncamento e futura candidata à Autarquia, disse e relembro: “*Não será um projeto para fazer política pela política, é um projeto para cumprir em que estou pessoalmente empenhada.*” e fiz-lhe uma pergunta, que garantias dá aos ferroviários na luta pelo direito à reposição das concessões quer no ativo, quer reformados e seus familiares, estará Vossa Excelência sempre ao lado dos ferroviários na luta pela defesa dos seus direitos? . -----

Como diz o velho ditado, *a montanha pariu um rato*, a Excelentíssima Presidente desta Assembleia Municipal do Entroncamento, deputada pelo PSD e candidata à Câmara Municipal do Entroncamento, prometeu e não cumpriu, criou falsas expectativas com declarações de compreensão, sucessivas promessas de reverter a situação, votou contra a revogação do artigo 144º do Orçamento de Estado, com certeza vai desculpar-se, dizendo que pessoalmente não esteve na votação das propostas em sede de discussão na especialidade, por não pertencer à comissão. -----

Estamos à espera desses argumentos e outros como já aqui foi apresentado, mas o que é certo, é que votou contra os ferroviários e suas famílias, demonstrando assim que as suas piedosas declarações de solidariedade com os ferroviários, não passaram de propaganda eleitoral e continua. -----

O PSD mantém-se inabalável na decisão de roubar um direito inalienável aos ferroviários que ganharam com o seu trabalho durante mais de cem anos. -----

Como todos os ferroviários sabem, o Presidente da CP, quadro político do CDS, nomeação política da Passos Coelho, insinuaram aos ferroviários que no orçamento retificativo, o roubo das concessões seria retirado do Orçamento de Estado, o mesmo haviam feito deputados dos grupos parlamentares nas reuniões da Assembleia da República. -----

A deputada Isilda Aguincha solicitou pessoalmente que lhe fosse entregue documentação para em sede própria promover diligências no sentido de esta injustiça fosse urgentemente reparada. -----

Como se pode fazer política desta maneira, mas tudo tem uma justificação, porque se analisarmos o diagnóstico às debilidades do poder local, verificaremos que entre as condicionantes de autonomia e as das potencialidades do poder autárquico, a ação política municipal caracteriza-se sobretudo por um défice de poder, pela simples razão que é sabido que os autarcas recorrem frequentemente às vias informais, aos contatos pessoais e às cumplicidades partidárias, dando assim azo à formação de clientelas e ao centralismo da administração local, pondo em primeiro lugar a sua ideologia partidária e a sua disciplina de voto, obrigando-os a deixar para segundo plano os interesses dos munícipes, que deveriam ser baseados num diagnóstico autárquico que deve ser protegido e valorizado como requisito de boa governação autárquica. São sonhos meus. -----

Cara Presidente, olhos nos olhos, em meu nome e de todos os ferroviários, depois de tantas promessas e criação de falsas expectativas sem demagogias, com verdade fale aos ferroviários, será bom que o diga antes das próximas eleições autárquicas, os ferroviários querem respostas concretas e não propostas analíticas. -----

Perante a atitude política, os ferroviários e os munícipes do Entroncamento, quererão ter como Presidente de Câmara alguém a quem não poderão confiar e em quem não foi capaz de os defender num direito alienável. -----

Gostava de finalizar com um pensamento de Gandhi: *muito do que você fizer, poderá ser insignificante, mas é muito importante que o faça.* -----

Li algures num artigo sobre gestão autárquica: *servir é o termo, servir a cidade e servir os outros gastando-se ao seu serviço e ao serviço de todos.*“ -----

Prosseguiu **José David:**” Mais uma vez viemos à casa aonde nos sentimos bem e com direito próprio de reivindicar a verdade. -----

O que aconteceu nestes últimos tempos, é na opinião dos ferroviários uma vergonha, houve promessas políticas e assunção de responsabilidades de alguns políticos, políticos deputados do distrito de Santarém, deputados da Assembleia da República, diga-se aqui a verdade, não ouvi essa franqueza dos deputados do CDS, porque esses, eles não ouvem ninguém. -----

Mais do que uma vez nos foi dito e fomos informados, que o PSD estava preso pelo CDS, sempre nos garantiram que o assunto estava resolvido, foram fortes as expectativas criadas no seio dos ferroviários e quero aqui fazer uma emenda, não são os ferroviários do Entroncamento, são os ferroviários de Portugal, não está limitada a nossa ação ao Entroncamento, mas sim a todos os ferroviários do País. -----

Esse problema foi levantado aqui e noutros lados, foi levado aos senhores deputados da Assembleia da República a quem nós, Comissão Central de Reformados no seu último comunicado agradece o empenho e a dedicação na Assembleia Municipal do Entroncamento, de uma forma empenhada também estava ao nosso lado, fomos enganados e têm muitas dúvidas que toda esta ação, não se trate mais uma vez de uma promessa vã da bancada do PSD e da senhora Doutora, com o devido respeito, tenho muitas dúvidas porque tiveram tempo suficiente. -----

A documentação que seguiu para a senhora deputada Isilda Aguincha, foi enviada ao Excelentíssimo Presidente da República, ao senhor Provedor de Justiça, ao senhor primeiro-ministro e a outros grupos parlamentares, respondeu-nos o senhor primeiro-ministro informando que tinha enviado para o ministério da tutela toda essa documentação para ser analisada. -----

O que é verdade, os ferroviários estão piores, estão hoje a sentir a traição porque os compromissos que assumimos como ferroviários, valem em todo o lado e tenho pena, que alguns ferroviários que estando nessa bancada não possam exteriorizar cá para fora a sua posição. -----

Houve uma oportunidade única senhora Doutora, trabalhar todos em conjunto, mas o PSD embora prometendo que neste retificativo seria feito, provavelmente virão agora dizer que não é agora em 2013, talvez para 2014, para mais uma vez nos iludirem.

Já não nos chega roubarem nos salários, nas reformas, os trabalhadores do ativo que desde 2010 não são aumentados, não serem promovidos, roubarem os reformados e pensionistas e roubarem-nos os direitos, querem roubar também a nossa dignidade? Essa não vão roubar porque os ferroviários não se vendem.” -----

Continuou **Paulo Bica:** “ Estou aqui enquanto Presidente da Comissão Política do CDS do Entroncamento, porque houve aqui várias coisas na última assembleia municipal, que não corresponderam à verdade. -----

A intervenção do senhor David Ribeiro mencionou a falta de disponibilidade do CDS para lidar com este assunto da retirada das concessões aos ferroviários, ele sabe, eu falei com ele depois da assembleia municipal de fevereiro, que tive a oportunidade de lhe dizer pessoalmente o reconhecimento da justeza da causa, da reposição da concessão

aos ferroviários, manifestei a minha disponibilidade total em os acompanhar, o senhor David disse que o assunto iria regressar novamente à Assembleia da República, disponibilizei-me para o acompanhar e fui confrontado nesta assembleia na sessão de abril com a acusação de indisponibilidade, isso não correspondeu à verdade, lamento essa intervenção, assim como lamento a intervenção do senhor Presidente da Câmara, que também falou que o CDS era um bocado indiferente. -----

Deviam-se ter lembrado que o CDS também tem deputados na Assembleia da República e seria de toda a conveniência que se fizessem acompanhar quando fossem tratar desse assunto à Assembleia da República, não o fizeram, foi uma opção e é natural que os deputados do CDS na Assembleia da República não estivessem sensibilizados para a questão. -----

Outra questão que gostava de referir, é que hoje tomei conhecimento pela comunicação social, que os deputados do PSD eleitos por Santarém, lembraram-se de fazer um projeto de resolução para a reposição das concessões dos ferroviários, estão no seu pleno direito como é natural, na nossa opinião, se quisessem tratar disto seria em conjunto e a interpretação que nós temos, é que isto não é mais nem menos que uma manobra dilatória para tratar deste assunto só para depois das eleições.” -----

Referiu **João Lérias**: “ Começo por fazer um pedido, o senhor Presidente da Câmara está a três meses de deixar de ser Presidente e hoje tivemos aqui o exemplo de que há muito poucas condições nesta sala, ou por falta de ar condicionado, ou um aparelho de ar condicionado em condições para que a população possa vir até um órgão autárquico exercer a cidadania e falar dos seus direitos. -----

Obviamente que estou aqui como filho de ferroviário, na última assembleia em que isto foi abordado, eramos tantos nesta sala que não tive oportunidade de falar como filho de ferroviário e sei aquilo que o meu pai e os ferroviários estão a passar, porque aquilo que senhor David Ribeiro disse, que se trata de um roubo, trata-se efetivamente de um roubo. -----

O que está a acontecer, é que as concessões são parte integrante da retribuição a que os ferroviários têm direito e há pessoas, se calhar não sabem o que é retribuição, mas a concessão foi dada com este objetivo e ao estarem simplesmente a cortar, é um benefício, não andam de graça no comboio, estão perturbar milhares de pessoas, estão a afundar a economia nacional, estão a revoltar as pessoas e obviamente isto é muito mau.

Quando estudei há uns anos atrás, se não fosse o meu pai ser ferroviário e eu ter o passe de estudante que me permitia ir do Entroncamento para Coimbra no comboio, provavelmente não teria feito o meu curso, agora tudo é benefício, tudo é extravagância, tudo está a mais e portanto, corta-se a torto e a direito, sem ver ao certo os impactos que essas medidas têm. -----

Os ferroviários têm efetivamente o meu apoio, senti na pele aquilo que é ser filho de um ferroviário, se o meu pai teve dificuldades para arrendar um quarto para eu poder estudar e muitas das vezes tive de me deslocar ao abrigo desse passe, estas coisas têm que ser ditas, devemos avivar a memória. -----

Deixo um abraço solidário ao David Ribeiro de solidariedade por aquilo que está a passar, na defesa dos direitos dos ferroviários, ele merece de todos nós um abraço de solidariedade e dizer que não está só nesta luta, esta luta é uma luta de todos. -----

Não gostava de terminar sem fazer aqui dois apelos à memória. -----

O ilustre deputado membro desta assembleia Luís Grácio, falou aqui e foi interessante, que o PS às vezes parecia o canal memória da RTP, o canal memória é muito interessante e às vezes convém revisitarmos a história, e não quero dizer com isto quem é que tem culpas no cartório, porque em relação a esta situação agora de todos

quantos estão nesta sala, a única pessoa que poderia ter contribuído com o seu voto para mudar alguma coisa, era a senhora Presidente porque é deputada e porque votou de forma contrária aos interesses dos seus munícipes e porque foi infiel com o seu concelho e com os seus munícipes. -----

Em relação ao voto do PS na Assembleia da República, eu como socialista obviamente não me sinto satisfeito e não estou contente com isso, mas faço um apelo à memória e ninguém me tira isto da minha memória, este problema que estamos aqui a viver, esta questão dos direitos dos ferroviários, os direitos que estão a ser perdidos, o atropelo que estamos a sofrer não é só os ferroviários mas todos os portugueses, aconteceu precisamente há dois anos na Assembleia da República, quando em março de 2011, o PCP e o BE, aliaram-se ao PSD para derrubarem o governo do PS, essa é a verdade e às vezes convém apelar à memória ou visitar o canal memória para lembrarmos o que aconteceu no passado e perceber que o passado muitas das vezes tem reflexo no futuro, embora nós nos esqueçamos disso.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ De facto a memória faz-me lembrar que para chegarmos até aqui, tivemos um País à beira da banca rota, sem dinheiro para pagar salários. -----

Tomando nota das preocupações de todos, dou por encerrado este ponto.” -----

Continuando no uso da palavra, a senhora **Presidente da Assembleia** apresentou a seguinte Proposta de Reconhecimento: -----

PROPOSTA DE RECONHECIMENTO -----

“ A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 28-06-2013, reconhece o empenho e o trabalho árduo desenvolvido pelos trabalhadores da nossa autarquia, durante as Festas de S. João e da Cidade e na sua preparação. Disso é dada pública nota, fazendo-se justo agradecimento e reconhecimento.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Estamos de acordo com a proposta, esperando que as horas extraordinárias dos respetivos trabalhadores sejam devidamente recompensadas.” -----

Respondeu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Será cumprida a lei certamente.” -----

Interveio **Fátima Búzio**: “ Em relação àquilo que a senhora Presidente acabou de dizer, gostava que esclarece-se o que é que diz a lei sobre trabalho árduo, pessoas que estiveram de sol a sol a trabalhar, que deram o que podiam e não podiam, mas que um louvor que é merecido, não é suficiente.” -----

Interveio a senhora **Presidente da Assembleia**: “ O trabalho feito para além do horário de serviço, é compensado ou em compensação de tempo ou em trabalho extraordinário quando a lei o permite e portanto, nessa componente, será cumprida aquilo que é a legalidade” -----

Submetida a proposta de reconhecimento apresentada pela senhora Presidente da Assembleia, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Passou-se de imediato à ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM ----- **DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** **NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE** **SAÚDE DO MÉDIO TEJO.** -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ A bancada do Partido Social Democrata, vem neste ponto da ordem dos trabalhos, propor o nome da Doutora Maria Adelaide Alves Dias e fazer um agradecimento expresso ao senhor Fernando Barbosa, pelos últimos

anos de um trabalho árduo neste Conselho que agora o deixará, muito obrigado pelo seu trabalho, muitos não sabem mas é um trabalho gratuito.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ É muito importante que este órgão esteja representado neste Conselho das Comunidades do Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo, mas também é importante que a informação chegue aqui à assembleia, a única informação que nos chegou foi à comissão permanente, a assembleia tem que estar devidamente informada. -----

É de sobejo conhecimento os problemas que existem atualmente com a saúde, depois da nossa conversa na última assembleia sobre os problemas da saúde e de ter levantado algumas questões, em que me foi dito que eu não estava detentor de informação científica, que os dados não eram científicos, trago-vos a resposta, é lerem o que o Relatório de Primavera do Observatório Português do Sistema de Saúde, diz em relação à situação da saúde em Portugal.” -----

Prosseguiu **Célia Agostinho**: “ Da parte da bancada do Partido Socialista não tem qualquer objecção relativamente ao nome indicado, a Doutora Adelaide, a única indicação que temos é que o nome que hoje saia desta assembleia, deverá vir a uma nova assembleia no próximo elenco autárquico. -----

Entendemos que hoje não temos legitimidade porque estamos a três meses das próximas eleições, para estar a indicar e a comprometer um membro indicado por nós para esse órgão, não temos qualquer objecção, o que entendemos é não estar a limitar o direito da próxima assembleia, poder indicar o nome de outra pessoa que não a Doutora Adelaide.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Salvo melhor opinião e já percebi que a opinião do Partido Socialista não é essa, que devemos impedir a regular constituição de um órgão que acompanha a matéria da saúde na nossa região, porque a oportunidade política não é esta.” -----

Respondeu **Célia Agostinho**: “ Peço desculpa mas não foi isso que eu disse, nós agora indicamos e concordamos com o nome apresentado, o que queremos dar é ao próximo elenco das pessoas que estejam a representar todos os partidos políticos nesta assembleia, terem a possibilidade de manifestar a sua opinião sobre o nome ou a pessoa que agora é indicada.” -----

Continuou **Luís Grácio**:” Relativamente à pessoa indicada queremos manifestar o nosso apoio e registar que há quatro anos atrás, o Bloco de Esquerda apresentou esta mesma pessoa como proponente para este órgão e revemos agora, que o PSD com um atraso relativamente à nossa opinião sobre o assunto na altura, chega a uma posição consonante com a nossa.” -----

Referiu **António Ferreira**:” Era só para reforçar aquilo que a deputada Célia disse, legitimidade para indicar no próximo mandato, o próximo representante é quem tem legitimidade para tal, resultante da correlação de forças das próximas eleições assim será indicado.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ O PS e a CDU pretendem uma indicação a prazo, vamos dar resposta àquilo que nos é pedido, na eventualidade dos próximos órgãos autárquicos não se reverem na nossa deliberação de hoje, estão sempre a tempo de reverterem a decisão, não vamos hoje tomar uma decisão a três meses e portanto, a proposta que está em cima da mesa é que seja designada a doutora Maria Adelaide Alves Dias, como representante da Assembleia Municipal do Entroncamento no Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde do Médio Tejo.” ---

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número um da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Vinte votos a favor; -----

Dois votos em branco.-----

Cabe-me fazer referência que foi distribuída também aos senhores deputados a lista dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia e portanto, ficará registado o seu envio para conhecimento conforme estabelecido na nossa autorização. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO DA A.LOGOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACESSORIA E ENSAIOS TÉCNICOS -----

Pedi a palavra **Carlos Amaro**: “ Este segundo ponto da ordem dos trabalhos sugere as seguintes considerações: -----

A ata da Câmara Municipal, informa-nos que, se por incumprimento da A.Logos forem imputados encargos do empréstimo ao município, estes revelarão para efeitos de endividamento municipal. -----

Assim, tenho que fazer as seguintes questões: -----

Quais são os municípios que fazem parte do capital social da A.Logos? -----

Quais são os municípios que têm dívidas à A.Logos? -----

Qual a participação do município do Entroncamento no capital social? -----

Qual o valor da avaliação do imóvel que é dado como hipoteca? -----

Que outras entidades foram chamadas a pronunciarem-se? -----

Qual é o teor da observação da DGAL? -----

A própria ata chama à atenção para a observação da DGAL, relativamente à imputação dos encargos por incumprimento. -----

Assim, esta bancada do Partido Socialista por não ter os devidos esclarecimentos, entende que este ponto deve ser adiado até ao completo esclarecimento desta assembleia.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ A nossa posição vai no sentido naquilo que o PS já aqui referiu. -----

Nós solicitámos o acesso ao relatório de contas da A.Logos, não nos foi entregue, se não há relatório também não sabemos quais são os municípios e outros que fazem parte do capital social. -----

Chamo à atenção para casos idênticos destes, para outras associações em que a câmara faz parte, nós temos interesse em conhecer a realidade dessas associações até porque estas situações repetem-se constantemente. -----

Apoiamos aquilo que o PS já aqui levantou, que foi adiar e trazer os elementos para nós podermos analisar melhor.” -----

Continuou **Rui Gonçalves**: “ Conforme já foi dito, nós requisitámos uma série de dados que não nos foram facultados, nomeadamente o relatório de contas, foi-nos dito que nem sequer era preciso nós estarmos a fazer esta pronúncia. -----

Portanto, não vejo nada em contrário nós adiarmos este assunto e uma vez que não nos foram fornecidos os dados que nós precisávamos para avaliar isto como deve ser, acho que deve ser agendado para a próxima sessão de setembro.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Pedido de Autorização para Empréstimo a Médio e Longo Prazo da A.Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e**

Ensaio Técnico”, foi retirado por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO -----

Interveio **Carlos Amaro**: “ Esta bancada não vai dizer mais do que tem dito relativamente ao orçamento e à 1ª revisão. -----

Existe uma prática reiterada de falta de transparência, porque o valor total do reforço orçamental com a aquisição de serviços é de 406 mil euros, destes, 316.600 euros, 78% dizem respeito a uma rubrica “outros serviços” que não está discriminada. –

Esta assembleia deve ser esclarecida, porque é que a rubrica 03 02 02 02 25, “outros serviços” que tem uma dotação atual de 209.580 euros, tem necessidade de ter um reforço orçamental de 300.000 euros.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Gostaria que fosse dada resposta a esta questão e depois fazia a minha intervenção.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**:” Como sabemos as rubricas de “outros serviços” são rubricas comuns nos orçamentos, nos quais cabem matérias que não são especificadas e portanto, a informação que temos é esta e é sobre esta que vamos deliberar. -----

Temos verbas que são possíveis de especificar, temos outras verbas que como sabemos não são possíveis de especificar, é aquilo que lhe posso dizer, também não sou contabilista.” -----

Carlos Amaro referiu: “ Isto não é uma questão de ser contabilista, isto é uma questão de transparência. -----

Estamos a falar de quase 600.000 euros numa rubrica de “outros serviços”, penso que não é muito exigir saber que “outros serviços” são e exigimos uma resposta.” -----

Respondeu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ A é rubrica que me leu, o que eu vejo aqui é um reforço de 300.000 euros na dotação e não, 600.000 euros como disse.

Por outro lado, os documentos que tem na sua mão, para além da questão de confiança que normalmente nós temos nos serviços, nomeadamente nos serviços a quem habitualmente fazemos louvores e de facto há muitas matérias que não são esmiuçadas nos documentos e sabemos disso, mas, ao que tenho ideia os documentos foram entregues em tempo, se havia esta dúvida, teria feito sentido, atempadamente, ter pedido aos serviços da assembleia o pedido de esclarecimentos.” -----

Interveio **António Ferreira**:” Todos os anos acontece exatamente a mesma coisa, está-se à espera do saldo da gerência para dotar a área das águas e mais algumas áreas que foram subdotadas com verba. -----

É evidente que nós aqui não somos câmara, não temos essa informação e gostamos de ter essa informação clara quando ela vem aqui. -----

Também é evidente que estas verbas que estão aqui, uma parte delas são destinadas à atividade das associações e essas associações estão com muitas dificuldades neste momento e é necessário que a câmara pague os compromissos que tem com essas associações. -----

Nós não vamos votar favoravelmente, não temos a confirmação dessas outras verbas, mas de qualquer forma, não queremos impedir o normal funcionamento das associações.” -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro**: “ Este dinheiro não é o nosso orçamento lá de casa, estamos a falar de valores dos contribuintes, nem estou a colocar em causa os

apoios às associações, porque se é os apoios às associações, claro que esta bancada votará a favor. -----

Não podemos votar a favor de uma rubrica “outros serviços” em que temos 300.000 euros de reforço, que não sabemos do que são.” -----

Proseguiu **Luís Grácio.**” Já aqui várias vezes o Bloco de Esquerda levantou questões sobre a especificação, quer os orçamentos, quer as revisões devem ter, faz parte dos princípios do POCAL, que as rubricas sejam justificadas. -----

De facto, não se compreende como é que uma rubrica com 300.000 euros de reforço, não tem uma especificação sobre qual é o fim a que se destina. -----

Já aqui fizemos um registo relativamente a uma receita de dois milhões e quinhentos mil euros, apesar do orçamento não o dizer, que era para a concessão das águas, o que não é de acordo com a lei. -----

Portanto, era conveniente que os documentos passassem a ser mais específicos. ---

Vamo-nos abster pelas razões já aqui avocadas por outros, de que não queremos causar constrangimentos à atividade, nomeadamente das coletividades e outras associações e inclusivamente para o funcionamento da própria autarquia.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “**2ª Revisão ao Orçamento**” foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez abstenções, sendo cinco do Partido Socialista, três do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – FATURAÇÃO DOS CUSTOS COM A RECOLHA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS – ÁGUAS DO CENTRO -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro:** “Revela-se o seguinte na ata: -----

Na sequência do ofício enviado pelas Águas de Portugal, o valor de 319.599 euros que as águas do Centro reclamam, diz respeito ao levantamento de custos feitos pela entidade com a recolha e tratamento de águas residuais no período em que não foi faturado qualquer valor pelos serviços de saneamento. -----

Esta bancada deve ser cabalmente esclarecida pois está em causa um pagamento de cerca de 320.000 euros, sem qualquer orçamento ou conhecimento do descritivo da respetiva despesa. -----

Nós não sabemos a que se refere esta fatura, portanto, obviamente esta bancada vai votar contra.” -----

Proseguiu **Mário Eugénio:**“ Quería fazer um ponto prévio. -----

Aqui temos nós um bom exemplo daquilo que foi uma má decisão da adesão às Águas do Centro. -----

O referencial da nossa análise tem a ver com os documentos que nos entregaram, isto é, a informação dos serviços da Câmara e a ata da reunião da Câmara de dezassete de junho e é com base nesse referencial que nós vamos tomar a nossa posição. -----

A própria entidade alega, que apesar de ter havido um acordo de que não haveria lugar à faturação, enquanto as obras não avançassem, de facto temos aqui um pedido de faturação. -----

Tenho duas perguntas a fazer: -----

Porque é que as obras não avançaram e que responsabilidade é que a Câmara teve nisso? -----

Parece-me evidente que a Câmara Municipal do Entroncamento seja prejudicada neste processo. -----

A população tem sido prejudicada largamente, indiretamente através do prejuízo que tem vindo da câmara e diretamente através do meio ambiente. -----

Aquilo que nós lemos, é que houve de facto um acordo para não haver faturação enquanto as obras não avançassem e a pergunta que eu faço é: -----

Há algum acordo ou contrato para pagamento destes custos? -----

Nós não conhecemos, o que nós conhecemos é que há um acordo para não pagamento, agora se há um acordo para pagamento, nós desconhecemos. -----

Como não estamos de acordo com este pagamento nestes termos, nós vamos também votar contra esta proposta.” -----

Continuou **Rui Gonçalves**: “ O acordo de não pagamento que existe e que existiu e muito bem, era até as obras começarem e elas estão a começar. -----

A Câmara Municipal comprometeu-se que só começava a pagar a partir do momento que fosse iniciada a construção e assim foi.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “ Também é conhecimento que o Bloco de Esquerda sempre se opôs à adesão do município às Águas do Centro, nas condições em que foi feito e de facto, está demonstrado o resultado na nossa ótica das consequências que estão à vista. -----

Ou seja, não só foi feito em tempo útil, ou conforme foi apresentado e falado a construção da própria ETAR, como a ETAR que estava em funcionamento, como tinha deficiências teve que ser intervencionada com os custos que agora estão aqui apresentados. -----

Inclusivamente, do ponto de vista da gestão me parece um pouco de má prática aceitar sem controlo, sem conhecimento prévio tudo o que se iria fazer, agora temos um valor para pagar e ponto final. -----

Todavia, há uma questão que queremos aqui referenciar, julgamos nós, está previsto começar a pagar caudais mínimos a partir do início da construção, não concordamos com essa decisão, achamos que só deverá ser feito a partir da entrada em funcionamento, esta ETAR que está em funcionamento é aquela que nós vamos pagar as obras e portanto, devemos ter algum usufruto do pagamento das obras, senão, isto é um contrassenso. -----

Há um compromisso do pagamento, a intervenção foi feita, tem que se pagar obviamente, mas do ponto de vista dos compromissos com as Águas do Centro, não consideramos correto que se comece a pagar já de imediato, quando ainda esta a usufruir daquela que ainda está em funcionamento.” -----

Mário Eugénio referiu: “ O que eu leio aqui, é que de facto não haverá lugar a faturação de serviços de saneamento enquanto a construção da ETAR não avançar, apesar disso houve custos que as Águas do Centro tiveram que suportar. -----

Consideramos que parte desses custos não existiam, não eram necessários se as obras tivessem avançado em devido tempo e nós perguntamos que culpas é que a câmara tem do facto das obras não terem avançado em devido tempo.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais – Faturação dos Custos com a Recolha e Tratamento de Águas Residuais – Águas do Centro**”, foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes as Juntas de Freguesia, sete votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista e dois votos da Coligação Democrática Unitária e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – REFEIÇÕES ESCOLARES -----

Não havendo pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número cinco à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “**Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais – Refeições Escolares**”, foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três abstenções do Bloco de Esquerda -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pedi a palavra **António Ferreira:**” Neste ponto gosto muito de ler a informação da Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Não há grandes novidades, foi ultrapassado o limite de endividamento a médio e longo prazo e não foi reduzido o excesso de endividamento conforme a Lei das Finanças Locais assim o exige. -----

É uma dívida que não é preocupante, há bem piores aqui na zona, mas estou preocupado porque o não cumprimento da diminuição do endividamento, vai ter consequências em termos de penalizações.” -----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal:**” Dar só aqui um esclarecimento, porque é que ainda há pouco não dei a informação em relação à revisão orçamental, não dei porque não seria correto da minha parte, nunca foi assim, recebem os documentos em tempo útil e devem-se dirigir para solicitar em tempo oportuno, para quando veem votar, virem devidamente esclarecidos. -----

Sobre a ETAR, ainda não tinha vindo para a câmara como Presidente, já se falava de uma ETAR nova, agora estão incomodados, o Município do Entroncamento e contrário ao que acontece noutros municípios que aderiram às Águas do Centro, o Município do Entroncamento não paga um cêntimo até começarem as obras, a partir do momento que comecem, nós estamos em condições de pagar os custos de exploração até essa altura, não é caudais mínimos, não é verdade, não se está a pagar caudais mínimos.-

Os interesses do Entroncamento foram superiormente salvaguardados, era uma das maneiras que nós tínhamos a certeza que iríamos ter uma ETAR. -----

Também se falou aqui das condições desta sala, ela não foi preparada para vir para aqui tanta gente, mas não tenho dúvidas nenhuma que pelo menos estamos em telhado seguro, porque no tempo em que este senhor falou aqui, caíam bocados de teto aqui dentro, se vão para o canal memória, comecem a pensar nessas coisas todas. -----

Sobre as concessões, tenho de agradecer à senhora Presidente da Assembleia, o que ela fez até agora, conheço isto de perto, só não conseguimos ter reuniões com o PCP e o CDS na Assembleia da República. -----

Fomos recebidos por um assessor do senhor Presidente da República, que tem contactado comigo diversas vezes para saber o desenrolar desta matéria. -----

Fomos recebidos pelo senhor Secretário de Estado, conseguimos demove-lo sobre esta matéria. -----

Numa última reunião que tivemos na Assembleia da República, deram-nos um documento, um projeto de proposta de resolução e que não entrou na altura porque não teve cabimento para entrar, entrou mais tarde devidamente adaptada. -----

Não gosto nada do termo da falta de transparência das contas, quero-lhe dizer que todas as contas sem transparência na opinião do membro Carlos Amaro, todas as contas tiveram um visto das entidades institucionais. O Tribunal de Contas deu o visto a todas as contas e exercícios desta câmara. -----

Sobre as contas e a dívida do Entroncamento, muito obrigado António Ferreira porque vê as coisas de uma forma fria, a dívida do Entroncamento não é preocupante” –

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Em relação às reuniões que foram pedidas, tanto da Assembleia Municipal como a Câmara Municipal, eu próprio me empenhei perante o deputado António Filipe e que contacta o distrito regularmente, porque quando há problemas com as populações, ele está cá. -----

Assim que marcou a data, disse-me para eu saber, dois dias depois telefonou-me a dizer que a data não convém ao executivo da Câmara Municipal do Entroncamento, portanto não vai haver reunião, a agenda é complicada neste momento, mas em qualquer altura poderemos marcar nova data. -----

Entretanto, como todos sabem, houve a votação na Assembleia da República, ele comprometeu-se conosco Assembleia Municipal, em que apresentava a proposta, e apresentou a proposta, a parte dele cumpriu-a perfeitamente, a reunião com o executivo, penso que não está esquecido.”-----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Cabe-nos agora um período que se viu nesta assembleia e o ato eleitoral de vinte e nove de setembro, aconselha claramente a que não reunamos ao longo do mês. -----

De facto, a mostra aqui não foi motivadora para que volte a reunir a Assembleia Municipal nomeadamente da parte de alguns membros das bancadas e portanto, a minha sugestão é que, no cumprimento da lei, a assembleia ordinária de setembro possa acontecer, se não houver impedimento nenhum em termos legais, no dia trinta de setembro para que cumpramos a lei, porque há obrigatoriamente uma Assembleia Municipal no mês de setembro. -----

Obviamente será o mais adequado, porque não me parece que devemos perspetivar uma nova sessão eleitoral, ou uma sessão de pré-campanha numa Assembleia Municipal, para isso há outros foros, há outros momentos e consultarei alguém, mas parece-me prudente por todos e para todos, que durante o mês de setembro não nos reunamos aqui para fazer uma sessão quase de pugilato verbal, porque não é esse o objetivo da Assembleia Municipal.” -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos.-----

A presente ata, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: